RESOLUÇÃO Nº 04/2023, de 06 de dezembro de 2023.

"Inclui o inciso V e o inciso VI, no art. 74 e o inciso V e o inciso VI, no art. 76, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Taguaí e dá outras providências."

LUIZ EDUARDO ROMANO CERRI, Presidente da Câmara Municipal de Taguaí, Estado de São Paulo, com fundamento no Regimento, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga e publica a seguinte:

R E S O L U Ç Ã O:

Art. 1º Ficam acrescentados ao art. 74 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Taguaí os incisos V e VI, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 74. ...

...

V- Comissão de Levantamento de Demandas de Políticas Públicas;

VI- Comissão de Acompanhamento da Execução do Orçamento e das Políticas Públicas."

Art. 2º Ficam acrescentados ao art. 76 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Taguaí os incisos V e VI, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 76. ...

...

V- da Comissão de Levantamento de Demandas de Políticas Públicas:

a) Coletar e registrar em documento próprio as seguintes demandas:

1. *organização político-administrativa do Município;*
2. *política salarial e regime jurídico dos servidores públicos;*
3. *prestação de serviço público em geral;*
4. *política educacional, cultural e desportiva em geral;*
5. *defesa do patrimônio histórico, artístico e científico;*
6. *política de saúde pública, higiene e política sanitária;*
7. *política de assistência social;*
8. *política de segurança alimentar e nutrição;*
9. *política de proteção e defesa à criança e ao adolescente;*
10. *política de defesa dos direitos da mulher;*
11. *política de defesa dos direitos das pessoas com deficiência;*
12. *políticas voltadas para a juventude;*
13. *relações de consumo e defesa do consumidor;*

14. política de assistência ao menor e ao adolescente;

15. direitos de igualdade entre homens e mulheres;

16. direito das minorias;

17. assuntos atinentes à agricultura, ao artesanato e à pesca artesanal;

18. política de uso e ocupação do solo urbano; urbanismos e arquitetura urbana; mobilidade urbana e defesa civil;

19. assuntos atinentes à indústria, comércio, turismo, pecuária, cooperativismo, associativismo, abastecimento e terras públicas;

20. política habitacional;

21. obras públicas, saneamento, transporte, viação, energia e comunicações;

22. meio ambiente, flora, fauna e solo;

23. outras demandas que digam respeito às políticas públicas.

b) Formalizar as demandas e apresentá-las ao Chefe do Poder Executivo, por meio das proposições legislativas.

c) Fomentar a participação popular nas audiências públicas.

VI- da Comissão de Acompanhamento da Execução do Orçamento e das Políticas Públicas:

a) manifestar-se sobre o mérito de matérias relativas a planos gerais ou parciais de urbanização, alteração, interrupção ou suspensão de empreendimentos do Município, controle do uso e parcelamento do solo urbano, sistema viário, edificações, realização de obras públicas, política habitacional, aquisição e alienação de bens, prestação de serviços públicos diretamente pelo Município ou em regime de concessão ou permissão, transporte coletivo urbano, criação, organização e atribuições dos órgãos da Administração Municipal, servidores públicos, seu regime jurídico, criação, extinção e transformação de cargos e empregos e fixação ou alteração de sua remuneração;

b) manifestar-se sobre o mérito de matérias que digam respeito à educação, ao ensino, ao desporto, à cultura, à saúde, ao bem-estar social, ao meio ambiente, ao saneamento básico, à defesa dos direitos do cidadão, à segurança pública, aos direitos do consumidor, das minorias, da mulher, da criança, do idoso e do deficiente, à concessão de títulos honoríficos ou de utilidade pública, à denominação de próprios públicos;

c) manifestar-se sobre o mérito de matérias que disciplinem as atividades econômicas desenvolvidas no Município, que regulem a indústria, o comércio, a prestação de serviços, o abastecimento de produto e o turismo e que visem ao desenvolvimento técnico-científico voltado à atividade produtiva em geral;

d) manifestar-se sobre o mérito de outras políticas públicas que forem apresentadas.

e) elaborar relatório sobre a compatibilidade e viabilidade entre as políticas públicas realizadas e a execução orçamentária."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Taguaí,
Em 06 de dezembro de 2023.

LUIZ EDUARDO ROMANO CERRI
Presidente

PUBLICADO E REGISTRADO NA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL, DATA SUPRA.

ELIANDRA GOMES NEVES PRADO
Diretora Administrativa